

ATA NUMERO 2 extraordinária



Ao quarto dia do mês de março de dois mil e dezasseis, pelas dezanove horas e quinze minutos, no auditório da freguesia, sito na Travessa de S. Lázaro, em Viseu, reuniu, em Sessão Extraordinária a Assembleia de Freguesia de Viseu, presidida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia Fernando Alexandre de Almeida Esteves e secretariado por Fernando de Oliveira Monteiro e por Manuela Cristina Rainho Ferro.

A folha de presenças foi distribuída para a recolha de assinaturas dos membros da Assembleia de Freguesia, tendo-se verificado a ausência de Maria Manuela Martins, José Maria Costa, Augusto Antunes, Álvaro Menezes, Luís Mouga Lopes, tendo os dois últimos elementos sido substituídos respetivamente por Isabel Brito e Carla de Albuquerque Mendes portadora do cartão cidadão número 8152690ZY0.

Marcou ainda presença o Executivo da Junta de Freguesia: O Presidente Diamantino Santos, a Secretaria Ana Maria Damião, o tesoureiro Victor Costa, os vogais, Francisco Marques, Marília Fernandes, Paulo Almeida e Rui Melo.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, após ter verificado a existência de quórum, deu início à sessão, começando por dirigir palavras de boas-vindas e agradecimento a todos os presentes, especialmente aos novos elementos, e solicitou a melhor colaboração para que a reunião decorresse com normalidade, rentabilizando o tempo.

I - PERÍODO DA ORDEM DO DIA



1- Ratificação das alterações aos protocolos da Sarah Tradinha e Megaskills;

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, antes da abertura deste ponto começou por colocar à discussão a ata da reunião extraordinária anterior, realizada em vinte e nove de janeiro de 2016, que após algumas correções foi posta a votação, tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções, de Isabel Brito e João Serra.

Em relação a este ponto, o Presidente da Assembleia começou por referir que em relação ao protocolo com a empresa Megaskills havia apenas correções de forma entretanto realizadas, pelo que a discussão se iria limitar ao protocolo com a empresa Sara Trading, tendo de imediato solicitado ao executivo o favor de elucidar a assembleia das alterações feitas.

Tomou a palavra o Presidente do executivo que começou por cumprimentar a mesa e os elementos da assembleia. Em relação a este protocolo referiu que da última vez que o mesmo veio a esta assembleia foi levantada a questão da exclusividade e a rescisão por justa causa. Recordou que esta foi a única empresa que procurou a Junta, e que sempre se disponibilizou a colaborar com a mesma, recolhendo algumas roupas velhas entregando em troca, material que normalmente não nos é disponibilizado nas ofertas que recebemos na loja solidária como cobertores, mantas, lençóis, toalhas,... material muito necessário para ajudar os mais carenciados. Em relação à exclusividade chamou a atenção para o ponto 2 / B em que a nossa exclusividade reside na obrigação do Executivo de comunicar atempadamente à Sarah Trading a vontade de cessar o mesmo. Em relação à questão da justa causa, referiu que após analisada esta questão, concluiu que a justa causa é quando estamos a falar de empresas e entidades de bem e que quando as coisas não funcionam bem seja de um lado ou de outro a justa causa será utilizada e será denunciado o protocolo nos termos nele referidos.

O Presidente da Assembleia, passou a palavra à assembleia. Jorge Azevedo, aproveitou para cumprimentar a mesa o executivo e todos os presentes e referiu que apesar de terem sido feitas algumas alterações, continua a ser necessário comunicar antecipadamente a justa causa, pelo que o CDS votará contra. Referiu ainda, em relação ao protocolo com a Megaskills que cada vez mais lhe parece que a junta além de ser um parceiro impulsionador, começa a ser cada vez mais, um parceiro que disponibiliza o seu espaço para se poder através do mesmo ganhar dinheiro em formação, questionando porquê com esta e não com outra empresa e, se amanhã outras empresas de formação de Viseu, requisitarem a sala da junta, e pedirem a limpeza e asseio do local, e ainda a publicidade, a junta não vai ter mãos a medir, pois todas querem estar sediadas na junta. Concluiu referindo que se deve ser cada vez mais claro na gestão da causa pública com este tipo de protocolos, que até podem ter boa-fé, mas há terceiros a ganhar dinheiro com a boa-fé de todos nós, por isso o CDS votará contra este tipo de protocolos.

João Serra da CDU cumprimentou todos os presentes e em relação a estes protocolos, considerou que mesmo feitas as alterações, no que diz respeito à exclusividade, o ter de comunicar antecipadamente se se celebrar com outra empresa do mesmo ramo significa que de facto a empresa pretende que a junta fique vinculada a este contrato. Em relação à questão da justa causa, considerou ser uma contradição pelo facto da rescisão do contrato obrigar a que se faça com fundamentos, pelo que a CDU vai votar contra este protocolo.

Passou-se então a votação dos protocolos que foram aprovados por maioria, com 3 votos contra, Jorge Azevedo, Isabel Brito e João Serra e 3 abstenções de Alexandre Pinto, Maria Rosa Ferreira e Carla Mendes.

2- Tomada de decisão sobre a integração da Escola de Básica de S. Miguel, no património do Município.

Na abertura deste ponto o Presidente da Assembleia de Freguesia, começou por referir que este ponto foi o que levou a que esta assembleia extraordinária fosse convocada, pela segunda vez, pois na anterior assembleia, esta considerou que não havia informação suficiente para que a assembleia pudesse decidir em consciência sobre a decisão a tomar. Em relação aos documentos que a assembleia achou por bem solicitar, começou por agradecer ao executivo e a com quem com o executivo colaborou, pois não deve ter sido um trabalho muito fácil ir pesquisar toda esta informação, que foi distribuída aos membros da assembleia e, portanto, pensa que hoje estão reunidas as condições para se decidir sobre esta matéria. Passou então a palavra ao executivo para fazer um resumo, tendo primeiro agradecido a presença nesta assembleia do Senhor Dário Costa, anterior Presidente da extinta freguesia de São José e o Senhor Figueiredo, antigo elemento da Assembleia da mesma freguesia, aqui presentes, pela disponibilidade de virem até aqui como antigos autarcas, no sentido de também caso assim a assembleia o entenda, poderem esclarecer as dúvidas que possam surgir durante a discussão. Referiu que é certamente do interesse de todos permitir não só a sua presença mas também a possibilidade de poderem dar o seu testemunho sobre este processo no tempo em que eram responsáveis pela antiga freguesia de São José.

O Presidente da Freguesia de Viseu, começou por referir o esforço feito na obtenção de toda a documentação para poder documentar o melhor possível os membros da assembleia. Este levantamento, foi feito com a ajuda de membros desta assembleia, situação que louva e agradece. Referiu não poder acrescentar muito mais em relação ao que foi distribuído, sobretudo ao constante na síntese expressamente elaborada para melhor compreensão de todos deste tema complexo. Referiu no entanto que gostaria de apelar ao bom senso nesta decisão, salientando que nestes últimos anos sempre foi a camara que fez os contratos de delegação de competências, que permitiram pôr a escola a funcionar. Congratulou-se e agradeceu a presença do antigo presidente de São José, Dário Costa e do senhor Figueiredo membro da oposição da assembleia na altura. Terminou a referir que nesta decisão, se deve pensar no futuro das nossas crianças, pois as freguesias não só a de Viseu, como as outras não têm recursos para a gestão de uma escola, pelo que validar a decisão, é na perspectiva do Executivo, uma decisão natural e de bom senso.

O Presidente da Assembleia passou a palavra à assembleia. Jorge Azevedo começou por intervir para solicitar que a palavra fosse inicialmente dada ao anterior presidente da junta de São José e ao senhor Figueiredo, e só depois começasse a discussão. Aproveitou para agradecer a sistematização da documentação recebida, referindo que mesmo com a síntese subsistiam algumas dúvidas que gostaria de ver esclarecidas. A proposta foi aceite pela mesa que pediu ao senhor Dário Costa, que se disponibilizasse a efetuar uma pequena explicação sobre o assunto em questão.

O senhor Dário começou por apresentar um pequeno texto-resumo da escola de São Miguel, que foi distribuído por todos os elementos da assembleia e que se anexa a esta ata (anexo I). Referiu que durante o seu mandato o problema da titularidade da escola foi diversas vezes discutido, especialmente pela oposição, que questionava frequentemente o executivo sobre o assunto. Para tentar resolver o assunto e porque na escola de Santiago eram necessárias algumas intervenções, que incluíam a compra de uns terrenos para ampliação do espaço da escola, a criação de um estacionamento ao longo da avenida que não existia e um passeio pedonal, ficou acordado entre a Junta de São José e a Câmara de Viseu a compra desse terreno por parte desta, em troca da titularidade da escola de São Miguel. Este assunto foi apresentado na assembleia de freguesia e aprovado por unanimidade. A camara cumpriu a sua parte, comprou o terreno, as obras na avenida e na escola foram feitas e após a sua conclusão foi informado pelos serviços da camara que teria saído legislação diferente e que não seria necessário fazer mais nada, daí não se ter feito o registo da escola em nome do município, mas que todas as intervenções na escola sempre foram efetuadas pela camara, e a única situação que não conseguia explicar era o registo por usucapião efetuado por um dos seus antecessores.

O Presidente da Assembleia solicitou de seguida ao senhor Figueiredo que desse também o seu contributo para o esclarecimento deste assunto. O senhor Figueiredo cumprimentou todos os presentes e começou por referir que na altura era elemento eleito pelo PS para a Assembleia de Freguesia de São José e que foi inclusive ele que levantou o assunto na mesma. Explicou também que os elementos da altura tinham como usual levantar os problemas que iam sabendo, ou que achavam que estavam por resolver e sempre que os mesmos eram resolvidos também era referido nas assembleias. Sobre este assunto, referiu que quando foi proposto a compra do terreno em Santiago pela Câmara, em troca da titularidade da escola ele foi apresentado na assembleia e ninguém se opôs. Referiu que sempre julgou que após a sua conclusão tivesse sido concluído todo o processo, em termos de registo. Referiu que a falta de registo são coisas que ultrapassam o senhor Dário e os membros da assembleia, que tudo fizeram para que o espaço da escola de Santiago fosse mais amplo, tivesse outras condições, para as crianças, afirmando que aquela escola antes de ser requalificada, tinha o recreio com poças de água e faltavam muitas necessidades. Concluiu que era assim que trabalhávamos sempre em colaboração, quando as coisas estavam feitas, ficava em ata logo a dizer que estava feito, quando não estava chamávamos a atenção e fiscalizávamos e tentávamos trabalhar em conjunto para que tudo fosse resolvido.

O presidente da Assembleia, voltou a agradecer a disponibilidade dos dois ex-autarcas em virem até aqui prestar o seu depoimento e passou a palavra aos membros da assembleia. Jorge Azevedo referiu que o que aqui está em causa é mesmo uma questão legal. Ao não ser feita a escritura, não se concluiu este processo em que a junta de São José na altura, teve a posse legítima da escola. Referiu que a sua preocupação é que a Junta a que agora pertence seja ressarcida das mais-valias de ter uma escola. Manuela Martins (PSD) começou por cumprimentar todos os presentes, e referiu que os documentos fornecidos são mais que esclarecedores de toda a situação e aqui espera-se que por parte da junta seja cumprido um acordo, ou seja, honrado um acordo existente já ao longo dos anos com a camara municipal. Discordou do referido por Jorge Azevedo, uma vez que a Câmara cumpriu a sua parte ao adquirir o terreno de Santiago, ressarcindo assim a Junta de São José. Realçou que efetivamente foi celebrado um acordo, ou seja a camara de Viseu cumpriu integralmente aquilo que acordou com a junta de freguesia de São José, a junta por deliberação quer do órgão executivo quer do deliberativo determinou que o contrato estava celebrado, era apenas uma questão de formalização. Continuou dizendo que estarmos vinte anos depois a dizer que nós não cumprimos naquela altura mas hoje queremos mais dinheiro, ou uma compensação, penso que é estranho a lançar uma mancha, a tornar pouco credível a nossa posição. Mais referiu que o acordo existe, pelo que a camara tem todas as condições para o fazer cumprir, porque existindo um contrato documentado e deliberado, ainda que apenas parcialmente cumprido. Continuou afirmando que as declarações aqui prestadas pelos ex-autarcas comprovam a boa-fé de todos os intervenientes no processo referindo que estar agora a exigir mais compensações à camara é como se de certo modo se estivesse a beneficiar o infrator. A situação atual é a junta estar em falta com a camara. Informaram o anterior presidente da junta conforme por ele foi referido que não era necessária escritura, mas afinal é necessário, esta, é a situação que nós chegamos. Terminou opinando que em seu entender é completamente desonroso não se completar este acordo, pelo fato de vinte anos depois não ter sido celebrada a escritura.

Isabel Brito referiu que quando nos deparamos com os documentos fornecidos, deparamo-nos com o pormenor, com registos, etc., e queria dar os parabéns pelo trabalho feito nessa pesquisa. No entanto, referiu, nos tempos mais recentes não parece haver essas evidências. Estranhou haver mais documentos do passado do que atuais. Terminou referindo que gostava de saber se os terrenos que foram dados a Santiago, hoje a quem pertencem, se estão na escola, se pertencem à camara, se o estacionamento pertence à junta ou à camara. Carlos Portugal cumprimentou os presentes, e referiu que gostava de saber qual é o objetivo concreto para que estejamos a discutir esta matéria, afirmando não ter percebido de facto qual é o interesse que a camara tem em ser proprietário do edificio. Afirmando não ter dúvidas de que a escola é pertença da junta de freguesia. Em relação ao que a camara fez, obras de manutenção, ... referiu que isso não é mais do que a sua obrigação, pois os munícipes fazem as suas contribuições de impostos para que o município os use quando são necessários e não deve servir de desculpa ou motivo para a camara se colocar como proprietário pois além do mais, referiu, as obras não foram feitas pela camara, mas sim pelo poder central. Mafalda Ferreira cumprimentou todos os presentes, e referiu em primeiro lugar que queria dar os parabéns ao executivo pela documentação que fez chegar, dando resposta como tem sido hábito ao longo do seu mandato, a todos os pedidos que a assembleia lhe tem feito, e em segundo lugar referir que concorda com ao que Manuela Martins expôs, pois há um incumprimento por parte da junta neste acordo entre a camara e a junta na altura, por isso entende que deve ser resolvido o mais rápido possível. Referiu que para além desta questão legal há também uma questão moral, pois foi sempre intenção do Conde Ferreira, o bem maior das crianças e do ensino e não tanto uma questão de propriedade. A preocupação maior, deve ser a educação das crianças da nossa cidade, numa escola que precisa de obras para as quais a junta não tem dinheiro, isto deve ser resolvido para bem da nossa comunidade, para o bem das nossas crianças, concluiu.

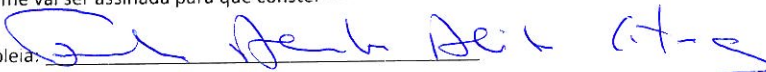
H. Feij.

O Presidente da junta de Freguesia, pediu a palavra para chamar a atenção que não se estava a fazer nenhum aproveitamento político desta situação, mas sim a repor a legalidade dos factos, e a esse nível já ouvimos aqui intervenções diversas dos distintos membros desta assembleia. Continuou referindo que, a camara fez uma candidatura comunitária para requalificar as escolas do concelho, precisa de fechar o processo e precisa de registar a escola de São Miguel. É este o motivo pelo qual estamos agora a discutir este assunto, facto que aliás já tinha sido referido, uma vez que esta é já a segunda assembleia sobre este assunto, estranhando que alguns membros da mesma ainda não tivessem percebido o propósito da sua discussão. Afirmou respeitar muito o que os anteriores autarcas aqui disseram, nomeadamente o terem deliberado por unanimidade. Referiu que se o passado é para respeitar, então devemos prová-lo.

O Presidente da Assembleia agradeceu a forma ordeira como decorreu o debate, referindo a legitimidade da discussão quando a questão envolve património, mas garantiu estarmos hoje muito melhor preparados para cada um poder em consciência decidir o seu voto. Passou-se então à votação, tendo a proposta de integração da Escola de São Miguel no património do município sido aprovada por maioria, com 4 votos contra: Jorge Azevedo, João Serra, Carlos Portugal e Isabel Brito. O membro da assembleia Alexandre Azevedo Pinto não participou na votação por se encontrar ausente da sala.

O Presidente da Assembleia procedeu à leitura da minuta da ata, que foi depois aprovada por unanimidade.

Não havendo outros assuntos a deliberar, foi encerrada a Assembleia de Freguesia Extraordinária, pelas vinte e duas horas, dela se lavrando a presente ata que lide e achada conforme vai ser assinada para que conste. -----

O Presidente da Assembleia: 

----- A 1ª Secretária: 

----- O 2º Secretário: Francisca Cristina Ribeiro Ferno